

Edição 79

CIBER  **TEOLOGIA**
Revista de Teologia & Cultura



Em busca da **SINODALIDADE**

ARTIGOS

NOTAS

DOCUMENTOS



JUBILEU DA ESPERANÇA: O ANO DA GRAÇA PARA A RENOVAÇÃO SINODAL

JOAQUIM JOCÉLIO DE SOUSA COSTA

Resumo: Este trabalho apresenta o Jubileu de 2025 como tempo propício para assumir a renovação sinodal da Igreja, cujas orientações vem, fundamentalmente, do Documento Final do Sínodo sobre a Sinodalidade publicado em 2024 e sua fase de implementação. O artigo desenvolve o tema, primeiro, recordando as etapas do caminho sinodal e as particularidades deste último sínodo. Depois, apresenta as características do Ano Santo ou Jubileu, a partir da Escritura e das orientações do Papa Francisco; destaca também o tema deste Jubileu que é a esperança, apontando seu caráter escatológico que implica um profundo compromisso de transformar o mundo a partir do Evangelho, bem como outras características da esperança. Por fim, destaca pontos relevantes levantados pelo Sínodo em seu Documento Final que apontam para uma verdadeira renovação da Igreja a partir deste tempo jubilar e de sua fase de implementação.

Palavras-chave: Jubileu. Esperança. Renovação. Sinodalidade. Igreja dos pobres.

Abstract: This paper presents the Jubilee of 2025 as an opportune time to undertake the synodal renewal of the Church, whose guidelines come fundamentally from the Final Document of the Synod on Synodality published in 2024 and its implementation phase. The article develops the theme, first by recalling the stages of the synodal journey and the particularities of this last synod. Then, it presents the characteristics of the Holy Year or Jubilee, based on Scripture and the guidelines of Pope Francis; it also highlights the theme of this Jubilee, which is hope, pointing out its eschatological character that implies a profound commitment to transform the world based on the Gospel, as well as other characteristics of hope. Finally, it highlights relevant points raised by the Synod in its Final Document that point to a true renewal of the Church starting from this Jubilee time and its implementation phase.

Keywords: Jubilee. Hope. Renewal. Synodality. Church of the Poor.



Introdução

Estamos celebrando o Ano Jubilar dedicado ao tema da Esperança. Os Jubileus, tanto na tradição bíblica quanto ao longo da história da Igreja, constituem um tempo especial da graça de Deus. Tempo de perdão, de renovação e de libertação. A Igreja retomou essa tradição bíblica no ano de 1300 através do papa Bonifácio VIII. Na Bíblia, os Jubileus aconteciam a cada cinquenta anos. O papa quis que fosse a cada cem. Mas com o tempo, o período entre esses Anos Santos foi diminuindo até permanecer no intervalo atual de vinte e cinco anos, podendo o papa convocar algum Jubileu extraordinário, ou seja, fora desse período. Papa Francisco fez isso ao convocar o Ano Santo da Misericórdia em 2015.

Mas esse Jubileu de 2025 traz uma marca diferente. Ele acontece após um longo e frutuoso caminho de reflexão e renovação eclesial que foi o Sínodo sobre a sinodalidade. Caminho esse que não terminou. O caminho sinodal, iniciado pelo Papa Francisco em 2021, provocou muitas reações positivas, mas também negativas. Certos setores da Igreja temem a mudança de estruturas e mentalidades que consideram sagradas, podendo, assim, prejudicar o que julgam ser aspectos fundamentais da Tradição. Já outros que criticam o caminho sinodal, temem simplesmente que as mudanças pretendidas possam acabar com seus privilégios e diminuir seu poder.

O tema da sinodalidade toca fundamentalmente a ideia de que todos os membros do povo de Deus têm a mesma dignidade que provém do batismo, por isso tem o instinto do Espírito para poder contribuir ativamente na missão da Igreja, inclusive nos processos importantes de decisão. Ele busca despertar a Igreja para sua missão comum de sair de suas comodidades e ir ao encontro da sociedade ferida oferecendo a vida e o amor que vem do Senhor. O papa foi muito claro quanto ao objetivo do Sínodo: “oferecer o seu contributo para a construção duma Igreja sinodal em missão, que saiba sair de si mesma e habitar as periferias geográficas e existenciais, tendo o cuidado de estabelecer vínculos com todos, em Cristo nosso Irmão e Senhor” (FRANCISCO, 2024b). Mas alguns preferem uma Igreja voltada para si mesma, sem se envolver com os grandes problemas da humanidade, preocupada apenas com suas questões internas, onde apenas o clero possa tomar decisões e os demais membros do povo de Deus sejam meros executores ou, na melhor das hipóteses, sejam consultados sobre as decisões tomadas. A compreensão da Igreja como uma verdadeira comunidade de irmãos e irmãs os assusta: “Vós, porém, evitai ser chamados de ‘rabi’, pois um só é vosso mestre, e vós todos sois irmãos!” (Mt 23,8).

Por isso mesmo, alguns que não assumem verdadeiramente o sentido do Jubileu, querem aproveitar esse período para desviar a atenção das propostas do Sínodo aprovadas no final do ano passado. Querem que o Jubileu apague o Sínodo. Mas, na verdade, se trata justamente do



contrário. O Jubileu é um ano especial de renovação e libertação, portanto, é o momento perfeito para assumir os encaminhamentos sinodais para a renovação da Igreja. Qual deve ter sido a frustração desses que desvirtuam o Jubileu, quando o Papa Francisco, mesmo internado, aprovou no dia 11 de março de 2025, a fase de implementação do Sínodo com atividades e etapas pensadas até outubro de 2028. O papa indicou justamente que este é o tempo de darmos novos passos na renovação da Igreja e, mesmo gravemente doente, ele foi capaz de usar todas as suas forças para garantir que isso aconteça. O presente artigo, portanto, busca retomar o caminho sinodal até o momento, explicitar o verdadeiro sentido do Jubileu e evidenciar como ele pode ser esse tempo da graça para a renovação eclesial tão desejada e necessária.

1. A caminhada sinodal

Os sínodos são assembleias eclesiais que surgiram muito cedo na história da Igreja. Reunia os diversos membros do povo de Deus para pensar juntos a caminhada da Igreja diante dos desafios à evangelização que iam surgindo em dada época e lugar. Ao final do Concílio Vaticano II, respondendo ao pedido dos bispos de continuarem se encontrando para pensar a vida pastoral da Igreja, o papa Paulo VI criou, em 1965, o Sínodo dos Bispos. Assim, reorganizou essa estrutura tão antiga, dando um caráter mais episcopal, embora sempre contando com a colaboração dos vários carismas e ministérios da Igreja. Este último sobre a sinodalidade foi o XVI Sínodo Ordinário. Mas teve um processo e características muito próprias.

1.1 AS ETAPAS DO SÍNODO

Os *sínodos ordinários* acontecem em Roma durante quase todo o mês de outubro a cada três anos. Existem os *extraordinários* que acontecem fora do tempo previsto (como o Sínodo das Famílias em 2014) e os *especiais* para tratar da realidade de uma região específica (como o Sínodo da Amazônia em 2019). O Papa Francisco quis que este Sínodo Ordinário sobre a sinodalidade tivesse uma modalidade diferente. Ele o dividiu em três fases: diocesana, continental e universal.

A primeira fase, iniciada em outubro de 2021, visava um período de consulta a todas as dioceses do mundo. Desejava-se ouvir a maior representação possível de católicos e até irmãos e irmãs de outras Igrejas, religiões ou mesmo sem religião. Assim orientava o texto de preparação: “É importante que os batizados escutem a voz de outras pessoas do seu contexto local, incluindo pessoas que abandonaram a prática da fé, pessoas de outras tradições de fé, pessoas sem crença religiosa, etc.” (VADE MECUM, 2021, p. 13). O gesto do papa parte da compreensão que o Espírito Santo age em todos que se abrem a ele, até sem saber, ao se abrirem ao bem,



à justiça, à fraternidade. Ao final do processo, as dioceses fariam uma síntese a ser enviada para as conferências episcopais que também fariam sua síntese e encaminhariam para Roma.

A Santa Sé construiria, a partir dessas sínteses, um texto para os trabalhos da fase continental (em 2022). A Igreja voltaria a se encontrar a partir de uma divisão em sete “continentes”: América Latina, América Anglo-saxônica, Europa, África, Ásia, Oceania e Oriente Médio. Ao final dos encontros, se produziriam outros textos encaminhados a Roma, cuja síntese daria origem ao primeiro Documento de Trabalho (*Instrumentum laboris*) para a fase universal. Francisco interveio novamente dividindo a fase universal em duas sessões, uma em outubro de 2023 e outra em outubro de 2024.

A Primeira Sessão da fase universal se conclui com um Relatório de Síntese para aprofundar os diversos temas tratados até a Segunda Sessão. O Papa Francisco, vendo a complexidade das questões apresentadas, resolveu criar 10 comissões para aprofundar temas específicos trazidos pelo Sínodo, cujos trabalhos foram apresentados, ainda que em processo, no início da Segunda Sessão. Os resultados finais dessas comissões seriam entregues em junho de 2025. Na conclusão da Segunda Sessão, foi aprovado o Documento Final (DF) com orientações para a renovação sinodal da Igreja. Texto, cujas orientações serão complementadas a partir dos resultados dos 10 grupos de trabalho.

No dia 15 de março de 2025, a Secretaria Geral do Sínodo tornou pública uma carta com orientações para a fase de implementação. O Papa Francisco deu sua aprovação final a essas orientações em 11 de março enquanto estava internado no Hospital Gemelli. Foi uma surpresa. A carta apresenta um itinerário de três anos. São vários momentos, etapas nas dioceses, conferências nacionais e continentais, cujo “resultado final será a celebração de uma Assembleia Eclesial no Vaticano em outubro de 2028”, o que significa que, por enquanto, não estão “procedendo com a convocação de um novo Sínodo, optando, em vez disso, por um processo de consolidação do caminho já percorrido” (SECRETARIA GERAL DO SÍNODO, 2025). O processo deve envolver as equipes sinodais diocesanas que precisam ser renovadas ou reativadas. Inclusive, devem ser enviados para a Secretaria do Sínodo os nomes dos seus membros através de um formulário encaminhado aos bispos. A carta, assinada pelo secretário geral do Sínodo, o cardeal Mario Grech, explica que esta fase de implementação “deve ser entendida não como uma mera ‘aplicação’ de diretrizes vindas de cima, mas como um processo de ‘recepção’ das orientações expressas pelo Documento final de maneira adequada às culturas locais e às necessidades das comunidades” (SECRETARIA GERAL DO SÍNODO, 2025).



1.2 AS CARACTERÍSTICAS DESTE SÍNODO

O diferencial do Sínodo sobre a sinodalidade não foi só sua divisão em etapas; embora tenha sido um aspecto significativo que permitiu um debate mais amplo e profundo sobre o tema da sinodalidade. O Papa Francisco já tinha publicado a exortação *Episcopalis Communio* (2018) renovando as normas e estatutos dos sínodos. As mudanças continuaram com esta última assembleia. O papa deu pleno direito a voto a todos os delegados presentes, formando um verdadeiro grupo de padres e madres sinodais. Foi a primeira vez que leigos, e principalmente mulheres, puderam votar no documento final de um sínodo.

Além disso, o papa surpreendeu mais ainda quando, ao final da Segunda Sessão, anunciou que ele não publicaria uma exortação apostólica como era costume, bastava o Documento Final: “Não tenho intenção de publicar uma ‘exortação apostólica’, é suficiente aquilo que aprovamos. No Documento há já indicações muito concretas que podem servir de guia para a missão das Igrejas, nos diversos continentes, nos diversos contextos” (FRANCISCO, 2024e). Com isso, o papa deu a este sínodo poder de decisão, poder para traçar as orientações pastorais para a Igreja nos próximos anos. Os sínodos têm um caráter meramente consultivo, não deliberativo. Por isso, este foi um grande avanço rumo à sinodalidade.

O sínodo também foi marcado por muitos momentos fortes em todas as suas fases, mas principalmente nas duas sessões da fase universal. Contou com retiros de preparação, vigílias ecumênicas, orações pelos migrantes, pela paz no mundo, fóruns temáticos, coletivas de imprensa com os vários padres e madres sinodais, a vigília penitencial. Especial destaque merece esta última. Antes de iniciar a Segunda Sessão de um sínodo para renovar a Igreja, o papa sentiu necessidade de pedir perdão pelos pecados da Igreja. A Vigília Penitencial começou com o testemunho/desabafo de três vítimas da violência: um homem (Lourence) vítima de abuso sexual por parte de um padre; uma fala sobre o drama da migração (Sara) e sobre o drama da guerra (Ir. Deema). Em seguida, foram lidos por cardeais sete proféticos pedidos de perdão elaborados pelo Papa Francisco.

Quis escrever os pedidos de perdão que foram lidos por alguns cardeais, porque era necessário chamar pelo nome os nossos maiores pecados. Nós escondemo-los ou dizemo-los com palavras demasiado polidas... Não poderemos invocar o nome de Deus sem pedir perdão aos nossos irmãos e irmãs, à Terra e a todas as criaturas... ‘Eis-nos aqui oprimidos pelo enorme peso do nosso pecado’. E não gostaríamos que este fardo atrasasse o caminho do Reino de Deus na história (FRANCISCO, 2025c).



Os pedidos de perdão lidos pelos cardeais foram pela falta de coragem, pela destruição da criação e dos povos, pelos abusos, pela não promoção das mulheres, pela “doutrinação” do Evangelho, por não cuidar dos pobres e por não construir uma Igreja sinodal. Gostaríamos de destacar um dos pedidos, lido pelo cardeal Cristóbal López Romero, Arcebispo de Rabat (Marrocos):

Peço perdão em nome de todos na Igreja, sentindo-me envergonhado por termos desviado a cabeça do sacramento dos pobres, preferindo adornar-nos a nós mesmos e ao altar com condenáveis preciosidades que tiram o pão aos famintos. Peço perdão, envergonhado, pela inércia que nos impede de aceitar o chamamento a sermos uma Igreja pobre dos pobres e que nos faz ceder à sedução do poder e à lisonja dos primeiros lugares e dos títulos vangloriosos. Peço perdão, envergonhado, por quando cedemos à tentação de nos escondermos no centro, protegidos nos nossos espaços eclesiais doentes de autorreferencialidade, resistindo a sair, negligenciando a missão nas periferias geográficas e existenciais. Perdoa-nos Senhor (*L'OSSERVATORE ROMANO*, 2025).

Este pedido profético desmascara um dos maiores desafios de ser uma Igreja sinodal: assumirmos a centralidade dos pobres.

Quanto ao desenrolar da sessão, até a organização do espaço de reuniões expressou mais seu próprio conteúdo, ou seja, a sinodalidade. As assembleias não aconteceram na sala do sínodo, um auditório com arquibancadas que mais convidam a assistir do que a participar. As duas sessões aconteceram na Sala Paulo VI, ao redor de dezenas de mesas redondas, mostrando a diversidade de carismas e ministérios e que todos estão no mesmo nível de dignidade. Tanto que muitos falam de *sínodo das mesas-redondas*. Foram sinais que apontam para uma nova etapa da missão da Igreja.

Marca profunda desse sínodo é seu longo desenrolar que aponta para sua profundidade e necessidade. Teve três anos de preparação e agora terá mais três para sua implementação. Consciente de sua fragilidade, mesmo no hospital, Francisco quis traçar os rumos para a renovação sinodal da Igreja, mesmo que ele pessoalmente não viva para leva-la adiante. Além do mais, pensar a etapa de implementação se concluindo com uma Assembleia Eclesial em outubro de 2028, em vez de outro Sínodo, evidencia como a caminhada da Igreja deve ser cada vez mais pensada a partir dos diversos carismas e ministérios do povo de Deus, e não apenas a partir do ministério ordenado. Por isso, “esse processo constitui o quadro no qual se situam as diversas iniciativas para a realização das orientações sinodais, em particular os resultados do trabalho dos Grupos de Estudo e as contribuições da Comissão de Direito Canônico” (SECRETARIA GERAL DO SÍNODO, 2025).



É verdadeiramente um processo do Espírito Santo que constitui uma retomada criativa das grandes intuições do Concílio Vaticano II, fazendo a Igreja avançar para águas mais profundas (cf. Lc 5,4). “Sob muitos aspectos, pode-se afirmar que o último Concílio Ecumênico ainda não foi de todo compreendido, vivido e aplicado. Estamos no caminho e precisamos recuperar o atraso” (FRANCISCO, 2025d, p. 252). Por isso, o próprio Documento Final afirma:

O Concílio Vaticano II foi, de fato, como uma semente lançada no campo do mundo e da Igreja... O Sínodo 2021-2024 continua a aproveitar a energia dessa semente e a desenvolver as suas potencialidades. [...] Nesse sentido, constitui um ato de ulterior recepção do Concílio, prolongando a sua inspiração e relançando a sua força profética para o mundo de hoje (DF 5).

2. O Jubileu da Esperança

No Natal de 2024, o Papa Francisco abriu o Jubileu, cujo tema é *Peregrinos da Esperança*. Olhando a partir da tradição bíblica e eclesial, este é o tempo propício para assumirmos a implementação das orientações do sínodo sobre a sinodalidade. Vamos entender melhor o porquê.

2.1 TEMPO DE ALEGRIA E LIBERTAÇÃO

A palavra Jubileu vem de “júbilo”, alegria. Era um período festivo que acontecia a cada cinquenta anos em Israel. “Santificareis o ano do quinquagésimo ano. Na terra, proclamareis uma libertação para todos os habitantes dela. Esse será o jubileu para vós: retornareis, cada um, à sua propriedade e retornareis, cada um, à sua família” (Lv 25,10). Era um momento de perdão das dívidas, descanso da terra, libertação dos escravizados, de renovação da vida. Não se sabe ao certo se essa prática prevista na instrução de Israel foi historicamente praticada alguma vez. Alguns estudiosos até acreditam que ela surgiu depois do Exílio da Babilônia dentro do contexto de disputa da terra entre os exilados que voltavam para Israel e o povo que tinha continuado no país. De qualquer modo, tendo ou não uma concretização histórica, era assim que se apresentavam os desígnios de Deus querendo um tempo para renovação do povo e libertação dos oprimidos. Tanto que o Terceiro Isaías assume essa compreensão ao anunciar o tempo da graça e da libertação: “O Espírito do Senhor Deus está sobre mim, visto que o Senhor me ungiu. Enviou-me para divulgar novidades aos oprimidos, para enfaixar os quebrantados de coração, para proclamar liberdade aos cativos e soltura aos prisioneiros, para proclamar o ano da benevolência do Senhor” (Is 61,1-2). Jesus lê essa passagem na sinagoga de Nazaré (cf. Lc 4,18-19) e a assume para si, ou seja, entende que essa é sua missão. Jesus veio anunciar O Grande Jubileu, o período da graça para os pobres e



marginalizados. Desse modo, o período jubilar é um tempo pedagógico para nos renovarmos e ser uma Igreja pobre para os pobres. O papa até lembra que se os jubileus na bíblia iniciavam com o som de uma trombeta (cf. Lv 25,9), o som que hoje inicia o Jubileu é outro:

Também nos dias de hoje, o Jubileu é um acontecimento que nos impele a procurar a justiça libertadora de Deus em toda a terra. Em vez da trombeta, no início deste Ano de Graça, nós gostaríamos de estar atentos ao ‘desesperado grito de ajuda’ que, como a voz do sangue de Abel, o justo, se eleva de muitas partes da terra (cf. Gn 4,10) e que Deus nunca deixa de escutar. Nós, por nossa vez, sentimo-nos chamados a unir-nos à voz que denuncia tantas situações de exploração da terra e de opressão do próximo (FRANCISCO, 2024d).

Ao convocar o Jubileu de 2025, o Papa Francisco desejava não simplesmente cumprir um calendário fixo de celebrações a cada 25 anos, mas quer retomar essa tradição bíblica para que a Igreja viva esse tempo propício que o Senhor nos oferece para sua renovação e crescimento na fé, no seguimento a Jesus. E o tema que o papa achou mais adequado para este momento foi a *esperança*.

2.2 PEREGRINOS DA ESPERANÇA

A esperança é um tema fundamental na bíblia e na vida cristã. “Pelo seu conteúdo, a Bíblia é o anúncio do futuro. Pela sua exigência, ela é apelo para a esperança” (COMBLIN, 2010, p. 8). A ideia de peregrinar, de saída, de estar sempre em movimento também é profundamente bíblica. Por isso, as expressões “peregrinar” e “esperança” se complementam. A *esperança* não é algo estático que nos paralisa fazendo esperar alguma coisa cair do céu. “Somente na esperança estamos a caminho. Ela nos dá sentido e orientação. O medo, por outro lado, torna impossível a marcha” (HAN, 2024, p. 12). Mas para onde caminhamos? Fazendo o quê? A esperança também ilumina a ideia do *peregrinar*. Não se trata de caminhar de qualquer jeito ou para qualquer lugar. Não é um turismo. É um caminhar juntos (sinodalidade) na construção do Reino rumo a sua plenitude, ou seja, ao encontro pleno com o Senhor. Nesse sentido, o Papa Francisco manifestou um dos seus temores nesse período jubilar:

O Jubileu é um tempo de renovação total, de perdão. Às vezes tenho medo de que o Jubileu se assemelhe a um turismo religioso. O Jubileu, para ser vivido bem, tem que ser de dentro para fora. E, de alguma forma, consertar um pouco as histórias pessoais. Nesse aspecto, é um momento de perdão, um momento de alegria, um momento de recomposição de tantas coisas pessoais e sociais. Um jubileu que se reduza ao turismo não serve. Esse é o perigo e isso me dá muito medo (FRANCISCO, 2024a).



A marcha de fé rumo à vida nova e à libertação aparece com toda clareza na Escritura. Abraão caminhou na esperança diante da promessa que o Senhor lhe fez. Moisés caminhou com o povo na esperança da libertação e da terra prometida. Os profetas caminharam com o povo na construção da justiça e do direito. Jesus caminhou com seu povo fazendo o *Reino de Deus* acontecer por meio da evangelização dos pobres e libertação dos sofredores e oprimidos, por meio da acolhida dos marginalizados (leprosos, cobradores de impostos, mulheres prostituídas, pecadores públicos, samaritanos, pagãos, crianças, pescadores, endemoniados etc.). Nesse sentido, o Reino é a chave da esperança cristã, profundamente ligado a vida de Jesus doada até as últimas consequências na cruz; vida ressuscitada e vitoriosa. “O Reino de Deus já começou e chegará à sua plenitude numa vida nova no fim deste mundo. O Reino chegou, mas a esperança continua, esperança de um mundo novo nesta terra e de sua plenitude na nova criação depois desta” (COMBLIN, 2010, p. 18). Assim, a esperança nos põe em marcha na construção do Reino rumo a sua plenitude. Marchamos na esperança fazendo o Reino acontecer tendo como horizonte último sua plena realização.

Mas precisamos ter muito cuidado com uma tentação sempre presente quando falamos de esperança cristã ou escatológica. A escatologia – a reflexão sobre as realidades últimas, sobre a plenitude da vida – não pode ser vista como uma fuga da realidade. A salvação não pode ser entendida a partir de uma visão reducionista da alma que vai para o céu depois da morte. Salvação é participação na vida divina, na vida plena; participação essa que começa neste mundo. “Há uma tendência a espiritualizar a mensagem de Jesus como se o Reino de Deus se limitasse aos bons pensamentos, às boas intenções ou às virtudes morais. O Reino de Deus é moral porque é material. O pecado é material e a salvação também é material” (COMBLIN, 2010, p. 19).

Como bem escreveu Moltmann (2023, p. 30), “crer significa transpor, com esperança antecipadora, os limites que foram rompidos pela ressurreição do crucificado. Se tivermos isso em mente, a fé nada tem que ver com fuga do mundo, resignação e desistência”; por isso insiste que, “nessa esperança, a alma não paira em um céu imaginário de bem-aventurados, longe do vale de lágrimas, nem se desliga da terra”. Não podemos fazer do Jubileu e mesmo do tema da esperança um período de alienação dos problemas do mundo, quando fazemos peregrinações para santuários, cantamos hinos, fazemos orações e visamos apenas aumentar o número de pessoas nas nossas assembleias litúrgicas. “Esperança cristã não significa desejar o êxito e a prosperidade da Igreja” (COMBLIN, 2010, p. 14). Temos que ser Igreja em saída, não Igreja autorreferencial. O discurso de “salvação das almas” que despreza os problemas do mundo ou os considera de segunda importância, não é cristão, menos ainda católico.



O Concílio Vaticano II já lembrava que “a expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes ativar a solicitude em ordem a desenvolver esta terra” (GS 39), assim, “afastam-se da verdade os que, sabendo que não temos aqui na terra uma cidade permanente, mas que vamos em demanda da futura, pensam que podem por isso descuidar os seus deveres terrenos”, e do mesmo modo se enganam os que “opinam poder entregar-se às ocupações terrenas, como se estas fossem inteiramente alheias à vida religiosa, a qual pensam consistir apenas no cumprimento dos atos de culto e de certos deveres morais” (GS 43). Nesse sentido, permanecem atuais estas palavras do Concílio: “Este divórcio entre a fé que professam e o comportamento cotidiano de muitos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo... Não se oponham, pois, infundadamente, as atividades profissionais e sociais, por um lado, e a vida religiosa, por outro” (GS 43).

Reduzir a esperança cristã a uma espera passiva pelo Céu é ignorar a Escritura e a própria tradição da Igreja; além de entender o Jubileu em um sentido muito diverso daquele pretendido pelo Papa Francisco. Afinal, “Cristo, para a esperança, não é só o consolo em meio à dor, mas também o protesto da promessa de Deus contra o sofrimento... Quem espera em Cristo não pode mais se contentar com a realidade dada, mas começa a sofrer devido ela, começa a contradizê-la” (MOLTMANN, 2023, p. 31). Por isso Francisco (2024c) insiste que

a esperança é incompatível com a vida tranquila dos que não levantam a voz contra o mal e contra as injustiças cometidas diretamente sobre os mais pobres. Pelo contrário, a esperança cristã, ao mesmo tempo que nos convida a esperar pacientemente que o Reino germine e cresça, exige de nós a audácia de antecipar hoje essa promessa, através da nossa responsabilidade, mas não só, através também da nossa compaixão.

Nesse tempo jubilar, precisamos crescer na compreensão de que “a esperança cristã não leva à passividade inativa. Pelo contrário, ela impulsiona à ação” (HAN, 2024, p. 67). Nosso peregrinar deve ser saída de nossa autorreferencialidade para ir ao encontro dos irmãos e irmãs levando o amor de Jesus, construindo um mundo mais justo e fraterno, sinal do Reino de Deus. É bem verdade que “pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo”; contudo, também é verdade que “prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão” (FREIRE, 2024, p. 15). Nosso grande patrono da educação brasileira, em seu livro *Pedagogia da Esperança*, já alertava para o que viemos refletindo: “Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa de prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira assim, espera vã” (FREIRE, 2024, p. 15).



Desse modo, a partir da Escritura e da Tradição da Igreja, entendemos que não dá para separar de um lado a utopia de um mundo novo segundo a vontade de Deus e do outro o profetismo que confronta esse mundo com esta vontade divina. “Utopia e profetismo, se apresentadas de forma separada, tendem a perder sua efetividade histórica e propendem a se converter em escapismo idealista” (ELLACURÍA, 2024, p. 175). Assim, “no mundo bíblico e cristão, a utopia torna-se profecia. A profecia é a forma que assume no cristianismo a função de sonhar” (COMBLIN, 2010, p. 97). Nesse sentido, explica Ellacuría (2024, p. 192) que

O profetismo da denúncia, no horizonte do reino de Deus, traça os caminhos que conduzem à utopia. O não do profetismo, a negação superadora do profetismo, vai gerando o sim da utopia, em virtude da promessa que é o reino de Deus já presente na humanidade, especialmente desde a vida, a morte e a ressurreição de Jesus, que enviou o seu Espírito para a renovação, através da morte, de todos e de todas as coisas.

Mas a esperança que nos põe em marcha, que nos faz peregrinar na construção de um mundo melhor não significa que podemos tudo, nem é ilusão que ignora os diversos desafios que estão aí. Trata-se de perceber que é dentro das possibilidades que estão ao nosso alcance que podemos fazer o novo acontecer. Paulo Freire chamava isso de buscar o “inédito viável”, aquilo que ainda não foi feito nesta situação concreta, mas que é viável, possível de acontecer. Por isso, ele defende que é missão do educador (e aqui podemos estender para todos nós) assumir a tarefa de “desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer” (FREIRE, 2024, p. 16). Moltmann já chamava a atenção para isso em sua reflexão sobre a escatologia. Ele esclarece que

A esperança escatológica mostra o possível e mutável no mundo como algo sem sentido em si mesmo, e a missão prática executa aquilo que agora está em possibilidade. A teoria da práxis transformadora do mundo e tendente para o futuro não procura ordens eternas na realidade existente do mundo, mas possibilidades neste mundo que se orientam para o futuro prometido (MOLTMANN, 2023, p. 284).

Não podemos tudo nem são poucos os desafios. Na verdade, são muitos os sinais de desesperança. Mas precisamos aprender a ver as possibilidades de mudança e onde a esperança já está produzindo frutos. Por isso, em sua bula de promulgação do Jubileu 2025, o Papa Francisco diz que temos que olhar “os sinais dos tempos, que contêm o anélito do coração humano, carecido da presença salvífica de Deus, pedem para ser transformados em sinais de esperança” (SNC 7). Francisco cita alguns: a paz, a transmissão da vida, os presidiários, os doentes, os jovens, os



migrantes, os idosos e os pobres (cf. SNC 8-15). Nessas situações e em outras mais, há desafios e também potenciais de mudança. “A tensão entre o impossível e o ‘apesar de’ como um ato de fé abre o caminho para o futuro, mantém a linguagem ereta. Um ‘apesar de’ torna a vida possível” (HAN, 2024, p. 73). Por isso, “apesar de” tantos problemas, desafios e sinais de desesperança, seguimos firmes na esperança construindo um mundo diferente.

Gostaríamos ainda de trazer algumas outras características da esperança que podem nos ajudar muito a assumi-la com toda determinação neste Ano Jubilar e a partir dele. Quem nos ajuda nessa reflexão é o filósofo sul-coreano de cidadania alemã Byung-Chul Han em seu livro *O espírito da esperança: contra a sociedade do medo*. Ele esclarece que o pensamento esperançoso nem é otimismo nem pensamento positivo, pois “ao contrário do otimismo, que não carece de nada, que não está a caminho, a esperança representa movimento de busca” (HAN, 2024, p. 16); além do mais, “o culto à positividade faz com que pessoas que estejam passando por um mau momento se culpem, em vez de responsabilizar a sociedade por seu sofrimento” (HAN, 2024, p. 19). Ainda segundo Han (2024, p. 23), “o espírito da esperança também significa progresso. Ele avança trabalhando no meio da escuridão. Sem escuridão, não há luz”. Isso corrobora aquilo que já dissemos sobre a esperança e o peregrinar, o que torna tão feliz o tema do Jubileu escolhido pelo papa: *Peregrinos da Esperança*. Pois a esperança nos põe em marcha e vai aos poucos nos fazendo progredir na mudança que se espera; mas faz isso sempre em meio aos desafios, nunca em um cenário ideal.

Outro aspecto importante da esperança é sua dimensão comunitária, o que nos ajuda a entender o que será desenvolvido melhor do próximo tópico, ou seja, como a reflexão sobre a esperança ilumina a reflexão sobre a sinodalidade. Esse peregrinar na esperança se dá sempre em união aos irmãos e irmãs, é um caminhar juntos (sinodalidade). “Como o medo isola as pessoas, é impossível ter medo conjuntamente. O medo não cria comunidade, não traz um nós. Nele, cada um está isolado em si só. A esperança, por outro lado, contém uma dimensão do nós” (HAN, 2024, p. 30). Justamente por isso, Byung-Chul Han afirma que “a esperança é fermento de revolução, o fermento do novo... Somente na esperança de um mundo diferente e melhor se forma um potencial revolucionário” (HAN, 2024, p. 30-31). Porque ela cria um *nós* que busca o novo. Nesse sentido, o Papa Francisco já se questionava: “Então a esperança só começa quando há o ‘nós’? Não, ela já começou com o ‘você’. Quando há o ‘nós’, começa uma revolução” (FRANCISCO, 2025d, p. 359).

Byung-Chul Han fala desse *nós* revolucionário em termos de sonhos diurnos, ou seja, sonhos de olhos abertos, sonhos que se sonham de dia e que impulsionam mudanças. Esses



sonhos diurnos “têm uma dimensão do nós, pronta para agir a fim de melhorar o mundo. Apenas os sonhadores diurnos são capazes de revolução. Os sonhos diurnos têm um potencial utópico, apresentam uma dimensão política, enquanto os sonhos noturnos não vão além do privado” (HAN, 2024, p. 56). A esperança nos faz sonhar de olhos abertos e peregrinar na concretização desses sonhos, nos renovando como comunidade de fé e construindo um mundo melhor segundo a vontade de Deus.

3. Tempo da renovação sinodal da Igreja

O Jubileu da Esperança é o Ano da Graça para a renovação sinodal que a Igreja tanto precisa. Por isso, o Papa Francisco aprovou nesse período jubilar os passos da etapa de implementação do Sínodo e ainda convocou a celebração do Jubileu das equipes sinodais e dos órgãos de participação de 24 a 26 de outubro de 2025. “Trata-se de um encontro importante para reconhecer o valor desses organismos e das pessoas que neles prestam serviço, inscrevendo assim o compromisso com a construção de uma Igreja cada vez mais sinodal no horizonte da esperança que não decepciona que celebramos no Jubileu” (SECRETARIA GERAL DO SÍNODO, 2025). Com isso, o papa aponta claramente esse tempo jubilar como momento ideal para rezarmos mais, refletirmos mais, caminharmos mais na renovação da Igreja em fidelidade ao Evangelho de Jesus.

Francisco aponta, então, uma palavra como chave para esse período jubilar: “Recomeçar... E nós recomeçamos a partir desta originalidade de Deus, que resplandeceu em Jesus e que agora nos compromete a servir, a amar fraternalmente, a reconhecer-nos pequeninos. E a ver os mais pequeninos, a ouvi-los e a ser a sua voz. Este é o novo início, este é o nosso jubileu!” (FRANCISCO, 2025a). É tempo para recomeçar, para nos renovar. E esse recomeço é a partir dos pobres, dos pequeninos. Sendo assim, gostaríamos de tomar alguns pontos do Documento Final que podem nos ajudar a viver essa renovação a partir desse período jubilar.

3.1 IGREJA PEREGRINA RUMO ÀS PERIFERIAS

Uma marca dos jubileus desde que foram retomados pela Igreja em 1300 são as peregrinações. Inicialmente concentradas em Roma, depois estendidas aos grandes santuários do mundo. São importantes esses momentos, pois alguns lugares tem um significado para a fé que ajuda muito a fortalecer o seguimento a Jesus. Mas, como vimos, o peregrinar na Igreja faz parte de seu próprio ser e não pode ser reduzido às visitas aos santuários. Por isso, para uma renovação sinodal da Igreja, com algumas indicações do Documento Final do Sínodo, gostaríamos de desenvolver mais o *para onde* da peregrinação.



A ideia de *peregrinar* já é diferente de mera caminhada ou turismo. *Peregrinar* constitui uma caminhada *de fé*. Expressa que somos uma Igreja missionária, sempre em saída para encontrar os irmãos e irmãs, amá-los e servi-los. Por essa razão, como lembra Francisco, nosso peregrinar é inspirado na caminhada do Êxodo que é saída da escravidão para a libertação. Mas “não podemos recordar o êxodo bíblico sem pensar em tantos irmãos e irmãs que, hoje, fogem de situações de miséria e violência e vão à procura de uma vida melhor para si e para seus entes queridos”, por isso o papa nos questiona: “Como me deixo interpelar por esta condição? Estou realmente a caminho ou estou paralisado, estático, com medo e sem esperança, acomodado na minha zona de conforto? Busco caminhos de libertação das situações de pecado e falta de dignidade?” (FRANCISCO, 2025b). Sou Igreja em saída ou Igreja autorreferencial? Em peregrinação ou acomodada em minhas comodidades?

Mas não basta saber que devemos estar em constante saída. É preciso saber para onde. Já dissemos que essa caminhada se dá na construção do Reino e rumo a sua plenitude. Mas se olhamos para a Escritura, perceberemos que não é qualquer realidade que expressa o Reino de Deus; além de que há uma que o expressa por excelência. Trata-se do mundo dos pobres. Pois ao Senhor, “não o encontramos quando e onde queremos, mas reconhecemo-lo na vida dos pobres, na sua tribulação e indignidade, nas condições por vezes desumanas em que são obrigados a viver” (FRANCISCO, 2021). Logo, esse peregrinar é uma saída para as periferias, pois Deus “ultrapassa sempre os nossos esquemas e não lhe metem medo as periferias. Ele próprio se fez periferia (cf. Fl 2,6-8; Jo 1,14). Por isso, se ousarmos ir às periferias, lá o encontraremos: Ele já estará lá” (GE 135). Por essa razão nosso peregrinar é inspirado no Êxodo, é saída da opressão à libertação; vamos ao encontro da humanidade sofredora para oferecer o bálsamo curador do Evangelho da vida. E “essa marcha da opressão à promessa é sustentada pela esperança, que é recebida como graça [...]. Mas que vai se alimentando historicamente e crescendo na práxis da libertação” (ELLACURÍA, 2024, p. 195).

Como bem recordou o Sínodo, “a sinodalidade é o caminhar juntos dos Cristãos com Cristo e para o Reino de Deus... É um caminho de renovação espiritual e de reforma estrutural para tornar a Igreja mais participativa e missionária” (DF 28). Portanto, é sempre uma saída para as periferias, já que este Reino é dos pobres (cf. Mt 5,3; Lc 6,20). É preciso entender que “a sinodalidade não é um fim em si mesma, mas visa a missão que Cristo confiou à Igreja no Espírito... Tornando-se ‘sacramento visível’ (LG 9) da fraternidade e da unidade em Cristo querida por Deus”, assim, “sinodalidade e missão estão intimamente ligadas: a missão ilumina a sinodalidade e a sinodalidade impele à missão” (DF 32). Não basta ter estruturas mais participativas,



onde os leigos sejam autênticos sujeitos eclesiais, onde as mulheres estejam em instâncias de poder. É preciso ter claro o *para que* de tudo isso. Não é simplesmente para que a Igreja seja mais democrática, mais moderna. É para o Reino de Deus. É para que possamos ser mais fiéis a nossa missão de ser sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5,13-16), construindo uma sociedade mais justa, solidária, fraterna, expressão do Reino.

Nesse sentido, o Documento Final do Sínodo nos aponta que a renovação sinodal da Igreja precisa ser assumida na perspectiva dos pobres. Pois “fixar o olhar no Senhor não afasta dos dramas da história, mas abre os olhos para reconhecer o sofrimento que nos rodeia e nos atravessa” (DF 2). O Sínodo insiste que “a Igreja é chamada a ser pobre com os pobres, que muitas vezes são a maioria dos Fiéis, a escutá-los e a considerá-los sujeitos da evangelização, aprendendo juntos a reconhecer os carismas que eles recebem do Espírito” (DF 19). Aliás, “as relações renovadas pela graça e a hospitalidade oferecida aos últimos segundo o ensinamento de Jesus são o sinal mais eloquente da ação do Espírito Santo na comunidade dos discípulos” (DF 50). Para viver este sinal eloquente, a Igreja precisa sempre estar atenta para escutar as diversas vítimas de seus abusos (cf. DF 55) e os muitos excluídos (cf. DF 56).

O Sínodo recorda que Deus nos fala de muitos modos: pela liturgia, pela Tradição, pelo magistério, pela meditação pessoal e comunitária da Palavra, pelas práticas de piedade popular, mas também “Deus continua a manifestar-se através do grito dos pobres e dos acontecimentos da história da humanidade” (DF 83). Isso não podemos esquecer. Desse modo, se insiste que a sinodalidade deve ser profecia social, pois “praticado com humildade, o estilo sinodal pode fazer da Igreja uma voz profética no mundo de hoje” (DF 47). Nessa linha, o Documento Final denuncia que

vivemos numa época marcada pelo aumento das desigualdades, pela crescente desilusão com os modelos tradicionais de governação, pelo desencanto com o funcionamento da democracia, pelo aumento das tendências autocráticas e ditatoriais, pelo predomínio do modelo de mercado sem ter em conta a vulnerabilidade das pessoas e da criação, e pela tentação de resolver os conflitos através da força e não do diálogo. Práticas autênticas de sinodalidade permitem aos Cristãos desenvolver uma cultura capaz de profecia crítica face ao pensamento dominante e, assim, oferecer um contributo peculiar na procura de respostas a muitos dos desafios que as sociedades contemporâneas devem enfrentar e na construção do bem comum (DF 47).

Grande sinal dessa profecia é a Eucaristia. Pois é para nós o banquete do Reino que expressa um mundo de irmãos e irmãs ao redor da mesma mesa na fraternidade que Jesus quis. A Eucaristia nos leva a fazer que esse banquete se estenda ao mundo inteiro.



A mesa que o Senhor prepara para os seus depois da Páscoa é o sinal de que o banquete escatológico já começou. Mesmo se só no céu terá a sua plenitude, a mesa da graça e da misericórdia já está posta para todos e a Igreja tem a missão de levar este esplêndido anúncio a um mundo em mudança. Alimentada na Eucaristia pelo Corpo e Sangue do Senhor, ela sabe que não pode esquecer os pobres, os últimos, os excluídos, aqueles que não conhecem o amor e estão sem esperança, nem aqueles que não acreditam em Deus ou não se reconhecem em nenhuma religião instituída. Leva-os ao Senhor na oração para depois sair a encontrá-los, com a criatividade e a audácia que o Espírito inspira. Assim, a sinodalidade da Igreja torna-se profecia social, inspira novos caminhos também para a política e a economia, colabora com todos aqueles que acreditam na fraternidade e na paz, num intercâmbio de dons com o mundo (DF 153).

3.2 MINISTERIALIDADE NA IGREJA

A renovação sinodal da Igreja também passa por um aprofundamento sobre os ministérios. Eles existem a serviço do Reino e são diversos, plurais. Isso significa que nenhum serviço, carisma ou ministério na Igreja existe para fazê-la crescer como instituição, lotar matrizes ou capelas, nem para engrandecimento pessoal do fiel. Existem para que a comunidade cresça em seu serviço ao *Reino de Deus*. “Ora, há diversos dons, mas o mesmo Espírito; existem diversos serviços, mas o mesmo Senhor; e existem diversas atividades, mas o mesmo Deus que opera tudo em todos. A manifestação do Espírito é dada a cada um para o bem comum” (1Cor 12,4-7). Como são muitas as necessidades que o Reino nos apresenta, também são muitas as formas de servi-lo, portanto, são diversos os carismas e ministérios. Todos são importantes. Infelizmente, por um conjunto de fatores (históricos, teológicos, institucionais), o ministério ordenado ganhou um destaque em detrimento dos demais ministérios. Isso é o que se chama de clericalismo. “Mas também ocorre o contágio do vírus do clericalismo nos leigos: isso é terrível, porque essas pessoas pedem para ser clericalizadas e permanecem à margem das decisões com o objetivo de não terem responsabilidades” (FRANCISCO, 2024g, p. 288).

Assim, a Igreja é pensada sempre a partir e em vista do ministro ordenado. Basta olhar o dia a dia de nossas paróquias. O padre decide só, não consulta ninguém na maioria das vezes; os grandes gastos da paróquia são com o padre (nem todos necessários); o carro da paróquia é tratado como carro pessoal do ministro ordenado; mas do que as festas de padroeiro, são destacadas as festas pessoais do padre (dia da posse, da ordenação, dia do padre, domingo do Bom Pastor, aniversário etc.). Se houver uma grande festa, o clero deve estar em mesas separadas,



com melhor comida; tem que ter água servida para os padres nas missas; eles devem ser os primeiros nas filas e estar no centro nas fotos. Ensinados pelas mídias católicas, os demais fiéis têm que pedir o tempo toda a bênção ao padre, porque parece que ele recebeu mais Espírito Santo na ordenação do que os demais fiéis no seu batismo, como se a ação de Deus através do ministro ordenado tivesse mais força que sua ação por meio dos demais ministérios e serviços. Além disso, se na Cúria Romana leigos, leigas, religiosas estão assumindo postos de responsabilidade e poder; em contrapartida, em muitas dioceses e instituições eclesiais, os postos de responsabilidade e coordenação são apenas para clérigos.

O sínodo, por sua vez, insiste na valorização da dignidade batismal. “O caminho sinodal da Igreja levou-nos a redescobrir que a variedade das vocações, dos carismas e dos ministérios tem uma raiz: ‘todos nós fomos batizados num só Espírito para constituirmos um só Corpo’ (1Cor 12,13). [...] Não há nada mais elevado do que esta dignidade” (DF 21). Portanto, o ministério ordenado não é mais importante que os outros. O Documento Final insiste em um maior protagonismo dos leigos e leigas na Igreja:

Aos fiéis leigos, homens e mulheres, devem ser oferecidas mais oportunidades de participação, explorando também outras formas de serviço e ministério em resposta às exigências pastorais do nosso tempo, num espírito de colaboração e corresponsabilidade diferenciada. Do processo sinodal emergem, em particular, algumas exigências concretas às quais é preciso dar resposta de modo adequado aos diversos contextos: a) uma participação mais ampla dos Leigos e Leigas nos processos de discernimento eclesial e em todas as fases dos processos de decisão (elaboração e tomada de decisões); b) um acesso mais alargado dos Leigos e Leigas a cargos de responsabilidade nas dioceses e nas instituições eclesiais, incluindo seminários, institutos e faculdades de teologia, em conformidade com as disposições já existentes; c) um maior reconhecimento e apoio decidido à vida e aos carismas dos consagrados e consagradas e ao seu empenhamento em cargos de responsabilidade eclesial; d) o aumento do número de leigos e leigas qualificados que possuem a função de juízes nos processos canônicos; e) um reconhecimento efetivo da dignidade e o respeito dos direitos daqueles que trabalham como funcionários da Igreja e das suas instituições (DF 77).

Nesse caminho de valorização dos diversos ministérios e serviços, vale destacar o papel da mulher, sobretudo nas funções de liderança. “Em virtude do Batismo, homens e mulheres gozam de igual dignidade no povo de Deus... Não há razões que impeçam as mulheres de assumir funções de liderança na Igreja: não se pode impedir o que vem do Espírito Santo” (DF 60).



Quanto ao próprio ministério ordenado, seguindo na linha do Concílio, o Sínodo busca mostrar que o padre não é simplesmente o homem do culto, mas como os outros ministros, está, em primeiro lugar, a serviço da Palavra e da comunidade: “Como todos os ministérios da Igreja, o episcopado, o presbiterado e o diaconado estão ao serviço do anúncio do Evangelho e da edificação da comunidade eclesial” (DF 68). E nesse serviço, ele deve saber dividir as tarefas e caminhar junto com os demais fiéis para superar “o clericalismo, entendido como uso do poder em benefício próprio e distorção da autoridade da Igreja que está ao serviço do povo de Deus. Exprime-se sobretudo nos abusos sexuais, econômicos, de consciência e de poder por parte dos ministros da Igreja” (DF 74).

3.3 INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

Este é o caminho para vencermos o clericalismo e assumirmos cada vez mais a corresponsabilidade no serviço ao Reino de Deus: valorizar e desenvolver as diversas instâncias de participação na Igreja; bem como a capacidade para prestar contas do que é feito e avaliar em que medida estamos mesmo no caminho de Jesus. Afinal, Jesus deve ser o critério de tudo que fazemos na Igreja. Infelizmente, costumamos esquecer esse critério e o trocamos por outros, como *grupos empolgados*, *templos lotados*, ou pior ainda, *dinheiro*.

“A escuta da Palavra de Deus é o ponto de partida e o critério de todo o discernimento eclesial” (DF 83). E dessa escuta em vista do discernimento participam todos os batizados ungidos pelo Espírito, não só os que se tornaram ministros ordenados. O que significa que “a autoridade pastoral tem o dever de escutar aqueles que participam na consulta e, por conseguinte, não pode continuar a atuar como se não os tivesse escutado... Na Igreja o exercício da autoridade não consiste na imposição de uma vontade arbitrária” (DF 91). Contudo, não é isso que se observa na maioria de nossas paróquias. O padre meche no dinheiro das comunidades sem as consultar, compra coisas, faz reforma sem o povo querer, movimentar projetos que o povo não entende. E quem criticar é excluído, porque é *contra o padre*, *contra a Igreja* e está *fora da comunhão*. O Sínodo, portanto, vê que “se mostra oportuna uma revisão das normas canônicas em chave sinodal, que clarifique tanto a distinção como a articulação entre consultivo e deliberativo, e esclareça as responsabilidades de quem participa nos processos de decisão nas suas várias funções” (DF 92).

Para se viver uma verdadeira renovação sinodal, também é indispensável uma adequada prestação de contas. Sua ausência “baseia-se no pressuposto implícito de que aqueles que detêm a autoridade na Igreja não devem prestar contas das suas ações e das suas decisões, como se estivessem isolados ou acima do resto do povo de Deus” (DF 98). O que é falso! Além do mais, “não se



deve fazer apelo à transparência e à prestação de contas apenas quando se trata de abusos sexuais, financeiros e de outro gênero”, pois vai muito além; “dizem também respeito ao estilo de vida dos pastores, aos planos pastorais, aos métodos de evangelização e às modalidades como a Igreja respeita a dignidade da pessoa humana, por exemplo, no que respeita às condições de trabalho nas suas instituições” (DF 98). Igualmente importante é o processo de avaliação, pois “permite evidenciar os aspetos positivos e as áreas que podem ser melhoradas nas ações daqueles que têm responsabilidades ministeriais”, e não só, também “ajuda a Igreja a aprender com a experiência, a recalibrar os planos de ação e a permanecer atenta à voz do Espírito Santo, concentrando a atenção nos resultados das decisões em relação à missão” (DF 100). Para que a prestação de contas e os processos de avaliação se efetivem, é necessário fortalecer os conselhos pastorais e econômicos, mas também realizar uma prestação de contas anual do financeiro e da pastoral (cf. DF 102).

A criação ou crescimento dos conselhos pressupõe e ao mesmo tempo fortalecem a organização da Igreja a partir das pequenas comunidades. Pois nelas formamos laços, apoios e crescemos na fé. Por isso o Sínodo reconhece que, “em muitas regiões do mundo, as pequenas comunidades cristãs ou as comunidades eclesiais de base são o terreno onde podem florescer relações intensas de proximidade e reciprocidade, oferecendo a ocasião de viver concretamente a sinodalidade” (DF 117). Investir na comunidade é o caminho para a renovação sinodal. O que é desafiante, pois a tentação hoje é viver a fé de forma intimista, individualista. Podemos até lotar matrizes, mas não existem laços nem fraternidade. Em muitos casos, são vários individualismos reunidos em um lugar. Neste tempo jubilar, nosso caminhar juntos na esperança deve nos ajudar a

vencer a tentação de nos entrincheirmos na nossa autorreferencialidade e de olharmos apenas para as nossas próprias necessidades. Perguntemo-nos diante do Senhor se somos capazes de trabalhar juntos ao serviço do Reino de Deus, como bispos, sacerdotes, pessoas consagradas e leigos; se, com gestos concretos, temos uma atitude acolhedora em relação àqueles que se aproximam de nós e a quantos se encontram distantes; se fazemos com que as pessoas se sintam parte da comunidade ou se as mantemos à margem (FRANCISCO, 2025b).

Considerações finais

“Eis agora o tempo oportuno! Eis agora o dia da salvação!” (2Cor 6,2). Faz parte da pedagogia divina nos oferecer tempos fortes e oportunos para experimentarmos sua salvação, ou seja, a participação em sua vida divina. O ano litúrgico está repleto de momentos assim. Um período mais



espaçado é o Jubileu. O deste ano, por sua vez, ainda acontece após o Sínodo da Sinodalidade. O que revela ser um tempo decisivo, crucial da graça do Senhor. Nós, Igreja, não podemos sair do mesmo jeito após este Jubileu. Seguindo as orientações do Sínodo, temos que sair desse tempo jubilar menos clericalistas, menos autorreferenciais, menos elitistas. Precisamos nos renovar e nos tornar verdadeiramente uma Igreja pobre para os pobres, em saída para as periferias levando a esperança de vida nova que vem de Jesus, caminhando juntos na missão. O Jubileu tem que ser esse tempo de impulso para a transformação sinodal da Igreja que continuará nos próximos anos.

O tempo é este, é agora. Não deixemos passar essa graça do Senhor. Afinal, “sem mudanças concretas a curto prazo, a visão de uma Igreja sinodal não será credível e isso afastará os membros do povo de Deus que retiraram força e esperança do caminho sinodal” (DF 94). Esperamos aprofundar a renovação sinodal a partir do Documento Final e dos resultados dos trabalhos das 10 comissões criadas pelo Papa Francisco, seguindo o itinerário por ele aprovado até 2028, entendendo que as etapas do Sínodo se encerram, mas a sinodalidade deve continuar porque é da natureza da Igreja. Temos boas orientações nesse caminho que estamos trilhando há tanto tempo. Por isso a Secretaria Geral do Sínodo chamou a atenção para a necessidade de dioceses, paróquias, grupos, movimentos, irem refletindo, rezando e assumindo essa renovação sinodal. O que o tempo jubilar, como visto, tanto nos provoca. Devemos fortalecer as comunidades com círculos bíblicos, a celebração do Dia do Senhor, visitas missionárias, formações, visita aos doentes e idosos, envolvimento nas lutas por direitos e desafios locais e regionais, fortalecimento dos conselhos comunitários e paroquiais, celebrações que toquem a realidade do povo, fortalecendo o protagonismo dos diversos ministérios do povo de Deus, especialmente das mulheres nos lugares de coordenação e liderança.

É tempo de transformação, tempo das pastorais e atividades da Igreja serem cada vez mais pensadas a partir e em função do Reino de Deus. Tempo de assumirmos “uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EG 27). Nossa missão é “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Portanto, é o momento de nos questionarmos se nossas pastorais e atividades religiosas estão nos tornando menos preconceituosos e egoístas, mais fraternos e solidários, mais comprometidos em construir um mundo mais justo e fraterno ouvindo o grito da terra e o grito dos pobres. Enfim, se estamos mais parecidos com Jesus, amando como ele amou.

Ao aprovar as orientações da implementação do Sínodo até 2028, concluindo com uma Assembleia Eclesial, o Papa Francisco traçou balizas muito importantes para a continuidade da



renovação da Igreja. Balizas que guiarão a ele ou a seu sucessor num processo crucial e irreversível. Mesmo com a saúde tão debilitada, Francisco pensava no povo, pensa no futuro da Igreja. É um papa que nunca perdeu a capacidade de sonhar:

Eu continuo a cultivar um sonho para o futuro: que nossa Igreja seja leve, humilde e serva, com os atributos de Deus, e por isso também terna, próxima e compassiva. Devemos avançar com muitas novidades, com muitos projetos. Lembremos, por exemplo, o Jubileu de 2025, portador de um grande sopro de fé, e também da oportunidade de redescobrir o clima da esperança (FRANCISCO, 2024g, p. 286).

Referências bibliográficas

A BÍBLIA. São Paulo: Paulinas, 2023.

COMBLIN, José. *Viver na esperança*. São Paulo: Paulus, 2010.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes (GS)*: sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

ELLACURÍA, Ignacio. Utopia e profetismo a partir da América Latina: um ensaio concreto de soteriologia histórica. In: ELLACURÍA, Ignacio. *Escritos teológicos*. Org. F. Chagas Albuquerque e F. Aquino Júnior. São Paulo: Loyola, 2024, p. 175-225.

FRANCISCO, PP. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium (EG)*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, PP. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate (GE)*: sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018.

FRANCISCO, PP. *V Mensagem para o Dia Mundial dos Pobres*. 13 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/20210613-messaggio-v-giornatamondiale-poveri-2021.html>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FRANCISCO, PP. Como viver bem o Jubileu. Publicado em *vaticannewspt*, Instagram, 24/12/2024a. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DD9ec7pNdHC/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 27 dez. 2024.

FRANCISCO, PP. *Discurso Inaugural da Segunda Sessão da 16ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. 2024b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2024/october/documents/20241002-sinodo-vescovi.html>. Acesso em: 10 out. 2024.



- FRANCISCO, PP. *Homilia na abertura da Porta Santa e Santa Missa na Noite de Natal, início do Jubileu Ordinário*. 2024c. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2024/documents/20241224-omelia-natale.html>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- FRANCISCO, PP. *Mensagem para o 58º Dia Mundial da Paz 2025*. 2024d. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/20241208-messaggio-58giornatamondiale-pace2025.html>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- FRANCISCO, PP. *Saudação final na Segunda Sessão da 16ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. 2024e. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2024/october/documents/20241026-sinodo-vescovi.html>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- FRANCISCO, PP. *Spes non confundit (SNC)*: Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025. 2024f. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/20240509_spes-non-confundit_bolla-giubileo2025.html. Acesso em: 27 dez. 2024.
- FRANCISCO, PP.; RAGONA, Fabio Marchese. *Vida: a minha história através da História*. Trad. Milena Vargas. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2024.
- FRANCISCO, PP. *Audiência Jubilar de 11 de janeiro de 2025*. 2025a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2025/documents/20250111-udienza-giubilare.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- FRANCISCO, PP. *Mensagem para a Quaresma de 2025*. 2025b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/20250206-messaggio-quaresima2025.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- FRANCISCO, PP. *Vigília Penitencial no final do Retiro Sinodal*. 2025c. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2024/documents/20241001-omelia-veglia-penitenziale.html>. Acesso em 02 de mar. 2025.
- FRANCISCO, PP.; MUSSO, Carlo. *Esperança: a autobiografia*. Trad. Federico Carotti; Iara M. Pinheiro; Karina Jannini. São Paulo: Fontanar, 2025.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.
- HAN, Byung-Chul. *O espírito da esperança: contra a sociedade do medo*. Trad. Milton C. Mota. Petrópolis: Vozes, 2024.
- L'OSSERVATORE ROMANO. *Os sete pedidos de "perdão a quem foi ferido pelos nossos pecados"*. Disponível em: <https://www.osservatoreromano.va/pt/news/2024-10/por-040/os-sete-pedidos-de-perdao-a-quem-foi-ferido-pelos-nossos-pecados.html>. Acesso em: 05 jan. 2025.



MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. Trad. Helmuth A. Simon. São Paulo: Loyola, 2023.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO. *Comunidade e Carta sobre o processo de acompanhamento da fase de implementação do Sínodo*. Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2025/03/15/0186/00366.html#po>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SÍNODO DOS BISPOS. *Documento Final* (DF) – Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Disponível em: https://www.synod.va/content/dam/synod/news/2024-10-26_final-document/POR---Documento-finale.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

VADE MECUM. *Manual Oficial de Auscultação e Discernimento nas Igrejas Locais*. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2021/09/PT-Vademecum.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

Dados do autor

Graduado em Filosofia e Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte-ce.

Recebido em 13/03/2025

Aprovado em 20/03/2025